

**No. 28620**

---

**BRAZIL  
and  
VENEZUELA**

**Agreement on cooperation in the field of nuclear energy for  
peaceful purposes. Signed at Caracas on 30 November  
1983**

*Authentic texts: Portuguese and Spanish.*

*Registered by Brazil on 30 January 1992.*

---

**BRÉSIL  
et  
VENEZUELA**

**Accord de coopération en matière d'énergie nucléaire à des  
fins pacifiques. Signé à Caracas le 30 novembre 1983**

*Textes authentiques : portugais et espagnol.*

*Enregistré par le Brésil le 30 janvier 1992.*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA  
VENEZUELA NA ÁREA DA ENERGIA NUCLEAR PARA FINS  
PACÍFICOS

---

O Governo da República Federativa do Brasil e  
o Governo da República da Venezuela, tendo presente o  
estabelecido no Convênio Básico de Cooperação Técnica,  
subscrito entre o Brasil e a Venezuela, em 20 de fevereir  
ro de 1973, e no Memorandum de Entendimento celebrado por  
ambos os Governos, em 27 de julho de 1979, sobre a coope-  
ração com o objetivo de desenvolvimento e aplicação da e-  
nergia nuclear para fins pacíficos.

Considerando o seu interesse mútuo pelo incen-  
tivo da pesquisa científica e pelo desenvolvimento tecno-  
lógico em matéria de energia nuclear, campos que necessi-  
tam de regulamentação específica, adequada a sua evolução  
científica e tecnológica e às características especiais  
da cooperação internacional nesta matéria.

Resolveram celebrar o presente Acordo de Coopera-  
ção na Área da Energia Nuclear para Fins Pacíficos, su-  
jeito às seguintes estipulações:

#### ARTIGO I

As Partes Contratantes cooperarão entre si na  
pesquisa e aplicação da energia nuclear com fins pacífi-  
cos e facilitarão a realização de trabalhos comuns nes-  
tas atividades estando sujeita esta cooperação ao previg  
to no presente Acordo, ao ordenamento jurídico da Repú-  
blica Federativa do Brasil e da República da Venezuela,  
e ao estabelecido nos Convênios ou Tratados internacio-  
nais de que cada Estado seja Parte.

#### ARTIGO II

As Partes Contratantes atribuirão a execução  
técnica e a coordenação do presente Acordo às institui-  
ções brasileiras competentes na área dos usos pacíficos  
da energia nuclear e ao Conselho Nacional para o Desen-

volvimento da Indústria Nuclear da Venezuela, doravante denominado CONADIN.

### ARTIGO III

A cooperação a que se refere o presente Acordo será desenvolvida nos seguintes setores:

- a) Pesquisa, tecnologia, projeto, construção, desenvolvimento e utilização de reatores experimentais e de potência;
- b) Pesquisa, básica ou aplicada, relacionada com os usos pacíficos da energia nuclear e com a detecção e o efeito das radiações;
- c) Produção de isótopos e suas aplicações;
- d) Prospecção de minerais de interesse nuclear, seu beneficiamento e utilização com fins pacíficos;
- e) Física nuclear;
- f) Química nuclear;

- g) Direito Nuclear; e
- h) Outros aspectos científicos e tecnológicos relacionados com o uso pacífico da energia nuclear que as Partes Contratantes considerem de interesse mútuo.

#### ARTIGO IV

1. O desenvolvimento detalhado da forma de colaboração prevista no presente Acordo caberá às instituições brasileiras competentes e ao CONADIN, os quais poderão celebrar reuniões de técnicos e peritos, em um ou outro país, para o estudo e a redação dos programas e projetos de aplicação do presente Acordo.

2. Caso, por petição de qualquer das Partes Contratantes, no quadro da execução dos programas e projetos relativos ao desenvolvimento dos setores de cooperação previstos no Artigo III do presente Acordo, ocorra necessidade de ampliar a colaboração científica, tecno-

lógica e docente, esta ampliação poderá ser formalizada por comunicação escrita entre as instituições brasileiras competentes e o CONADIN devidamente autorizados, em cada caso, por seus respectivos Governos.

#### ARTIGO V

1. O intercâmbio de informação relativo aos setores mencionados no Artigo III somente ocorrerá com relação a informações de que tanto as instituições brasileiras competentes quanto o CONADIN possam dispor livremente.
2. As Partes utilizarão livremente toda a informação intercambiada entre as instituições brasileiras competentes e o CONADIN, a menos que a Parte que a forneceu tenha estabelecido restrições ou reservas relativas ao seu uso ou difusão.
3. Quando a informação fornecida se refira a patentes registradas na República Federativa do Brasil ou

na República da Venezuela, os termos e condições para seu uso ou difusão ficarão sujeitos à legislação vigente que, em um ou outro país, exista sobre a matéria.

#### ARTIGO VI

O intercâmbio de pessoal e informação nos setores referidos no Artigo III do presente Acordo poderá revestir-se das seguintes modalidades:

- a) Assistência recíproca na preparação do pessoal científico e técnico;
- b) Intercâmbio de peritos;
- c) Intercâmbio de professores e peritos para cursos e seminários;
- d) Bolsas de estudos;
- e) Consultas recíprocas sobre problemas científicos e tecnológicos;
- f) Formação de grupos mistos de trabalho para realizar estudos concretos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico;

- g) Intercâmbio de documentação técnica não-confidencial relativa aos setores mencionados acima; e
- h) Organização de seminários e conferências sobre temas atuais nos setores indicados no Artigo III.

#### ARTIGO VII

O intercâmbio de técnicos e de pessoal docente previsto no Artigo VI será determinado pelas instituições brasileiras competente pelo CONADIN, de modo conjunto, estabelecendo-se os períodos de permanência e condições específicas de cada caso, tanto no que tange à missão a ser cumprida quanto ao seu custeio.

#### ARTIGO VIII

As Partes Contratantes comprometem-se a oferecer mutuamente bolsas de estudos. O número destas bolsas, sua duração e demais condições que as regem serão determinadas conjuntamente pelas instituições brasileiras competentes e pelo CONADIN, mantendo-se a devida



coordenação com os respectivos organismos de cada país encarregados da cooperação técnica e científica.

#### ARTIGO IX

1. As Partes Contratantes procurarão o fornecimento recíproco e a venda de materiais nucleares, o arrendamento de serviços ou transferência de equipamentos nucleares necessários à realização de seus programas e projetos de desenvolvimento no campo da utilização da energia nuclear para fins pacíficos, estando essas operações, em cada caso, sujeitas às disposições legais vigentes em cada país e aos Convênios ou Tratados internacionais de que cada Estado seja parte.

2. A transferência para terceiros de materiais, equipamentos e tecnologia nuclear fornecidos por uma das Partes Contratantes à outra em virtude do presente Acordo será realizada de conformidade com o estabelecido nos Convênios ou Tratados internacionais de que cada Estado seja

parte, e a Parte Contratante que pretenda reexportar a um terceiro país os acima mencionados materiais, equipamento e tecnologia nuclear, deverá obter o consentimento prévio e expresso da Parte Contratante fornecedora.

#### ARTIGO X

Qualquer material ou equipamento nuclear fornecido por uma das Partes Contratantes à outra, ou qualquer material nuclear derivado do uso dos anteriores será utilizado somente para fins pacíficos e permanecerá à disposição da Parte Contratante que o recebeu, sujeito sempre às disposições legais vigentes no país respectivo e aos Convênios ou Tratados internacionais de que cada Estado seja parte.

#### ARTIGO XI

1. As Partes Contratantes adotarão todas as medidas necessárias para a proteção física dos materiais e equipamentos nucleares durante a sua utilização, trans-

porte e armazenamento, que sejam fornecidos em virtude do presente Acordo.

2. À petição de qualquer uma delas, as Partes Contratantes consultar-se-ão com respeito ao aspecto da proteção física.

#### ARTIGO XII

As Partes Contratantes procurarão facilitar, em tudo que for possível, a colaboração que possa ser proporcionada por outras instituições e organismos públicos ou privados dos respectivos países para o desenvolvimento daqueles programas e projetos conjuntos levados a cabo pelas instituições brasileiras competentes e pelo CONADIN na aplicação do presente Acordo.

#### ARTIGO XIII

1. Os representantes das instituições brasileiras competentes e do CONADIN poderão reunir-se, a pedido de qualquer dos mencionados organismos, para examinar a

evolução dos programas e projetos e para formular recomendações que as Partes Contratantes possam atender visando ao melhor desenvolvimento deste Acordo.

2. A pedido de uma delas, as Partes Contratantes iniciarão consultas sobre a execução do presente Acordo e, se necessário, negociações para a sua revisão.

#### ARTIGO XIV

1. Cada uma das Partes Contratantes notificará a outra do cumprimento das respectivas formalidades constitucionais necessárias à aprovação do presente Acordo, o qual entrará em vigor na data do recebimento da segunda destas notificações.

2. O presente Acordo poderá ser modificado por mútua decisão das Partes. As alterações acordadas entrarão em vigor na forma indicada pelo parágrafo 1 deste Artigo.

3. Terá uma validade de cinco (5) anos, e se prorrogará automaticamente por períodos de um (1) ano, salvo se uma das Partes o denunciar, por via diplomática, com antecipação de pelo menos seis (6) meses da data em que deve expirar o período correspondente.

4. Mesmo quando tenha expirado a vigência do presente Acordo, os programas e projetos já iniciados na aplicação do mesmo continuarão sendo executados até a sua conclusão, a menos que haja acordo explícito em contrário pelas Partes Contratantes.

Subscrito em Caracas aos trinta dias do mês de novembro de mil novecentos e oitenta e três, em dois exemplares igualmente autênticos, nos idiomas português e espanhol.

Pelo Governo  
da República Federativa  
do Brasil:

[Signed — Signé]

AFFONSO ARINOS DE MELLO-FRANCO  
Embaixador Extraordinário  
e Plenipotenciário

Pelo Governo  
da República da Venezuela:

[Signed — Signé]

J. OSWALDO PÁEZ PUMAR  
Encarregado do Ministério  
de Relações Exteriores

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO DE COOPERACIÓN ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DE VENEZUELA EN EL ÁREA DE LA ENERGÍA NUCLEAR PARA FINES PACÍFICOS

---

El Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República de Venezuela, teniendo en cuenta lo establecido en el Convenio Básico de Cooperación Técnica suscrito entre Brasil y Venezuela el 20 de febrero de 1973 y en el Memorandum de Entendimiento firmado por ambos Gobiernos el 27 de julio de 1979 sobre la cooperación con miras al desarrollo y aplicación de la energía nuclear para fines pacíficos.

Considerando su mútuo interés en el fomento de la investigación científica y en el desarrollo tecnológico en materia de energía nuclear, campos que requieren de una particular regula-ción, adecuada a su evolución científica y tecnológica y a las características especiales de la cooperación internacional en esta materia.

Han resuelto celebrar el presente Acuerdo de Cooperación en el Area de la Energía Nuclear para Fines Pacíficos sujeto a - las siguientes estipulaciones:

#### ARTICULO I

Las Partes Contratantes cooperarán entre sí en la investigación y aplicación de la energía nuclear con fines pacíficos y facilitarán la realización de trabajos comunes en estas actividades, sujeta esta cooperación a lo previsto en el presente Acuerdo, en el ordenamiento jurídico de la República Federativa de Brasil y de la República de Venezuela, y a lo establecido en los Convenios o Tratados internacionales en los que cada Estado sea Parte.

#### ARTICULO II

Las Partes Contratantes atribuirán la ejecución técnica y la coordinación del presente Acuerdo a las instituciones brasileñas competentes en el área de los usos pacíficos de la energía nuclear y al Consejo Nacional para el Desarrollo de la Industria Nuclear de Venezuela, designado en adelante CONADIN.

## ARTICULO III

La cooperación a que se refiere el presente Acuerdo se desarrollará en los siguientes sectores:

- a) Investigación, tecnología, proyecto, construcción, desarrollo y utilización de reactores experimentales y de potencia;
- b) Investigación, básica o aplicada, relacionada con los usos pacíficos de la energía nuclear y con la detección y el efecto de las radiaciones;
- c) Producción de isótopos y sus aplicaciones;
- d) Prospección de minerales de interés nuclear, su beneficio y utilización con fines pacíficos;
- e) Física nuclear;
- f) Química nuclear;
- g) Derecho nuclear; y



h) Otros aspectos científicos y tecnológicos relacionados con el uso pacífico de la energía nuclear que las Partes Contratantes consideren de mútuo interés.

#### ARTICULO IV

1.- El desarrollo detallado de la forma de colaboración prevista en el presente Acuerdo corresponderá a las instituciones brasileñas competentes y al CONADIN, las cuales podrán celebrar reuniones de técnicos y expertos en uno u otro país para el estudio y la redacción de los programas y proyectos de aplicación del presente Acuerdo.

2.- Si a petición de cualquiera de las Partes Contratantes, dentro del marco de la ejecución de los programas y proyectos relativos al desarrollo de los sectores de cooperación previstos en el Artículo III del presente Acuerdo, hubiese necesidad de ampliar la colaboración científica, tecnológica y docente, esta ampliación podrá hacerse mediante comunicación escrita entre las ins-

tituciones brasileñas competentes y el CONADIN, debidamente autorizados, en cada caso, por sus respectivos Gobiernos.

#### ARTICULO V

1.- El intercambio de información concerniente a los sectores mencionados en el Artículo III solo podrá tener lugar para aquellas informaciones de las cuales, tanto las instituciones brasileñas competentes como el CONADIN, puedan disponer libremente.

2.- Las partes utilizarán libremente toda la información intercambiada entre las instituciones brasileñas competentes y el CONADIN, a menos que la parte que la suministró haya establecido restricciones o reservas respecto a su uso o difusión.

3.- Cuando la información facilitada se refiera a patentes registradas en la República Federativa del Brasil o en la República de Venezuela, los términos y las condiciones para su uso o difusión, quedarán sujetos a la legislación vigente que en uno u otro país exista sobre la materia.

## ARTICULO VI

El intercambio de personal e información en los sectores a que se refiere el Artículo III del presente Acuerdo podrá adoptar las siguientes modalidades:

- a) Asistencia recíproca para la preparación del personal científico y técnico;
- b) Intercambio de expertos;
- c) Intercambio de profesores y expertos para cursos y seminarios;
- d) Becas de estudio;
- e) Consultas recíprocas sobre problemas científicos y tecnológicos;
- f) Formación de grupos mixtos de trabajo para realizar estudios concretos de investigación científica y desarrollo tecnológico;

- g) Intercambio de documentación técnica no clasificada, relativa a los sectores mencionados precedentemente; y
- h) Organización de seminarios y conferencias sobre temas de actualidad en los sectores indicados en el Artículo III.

#### ARTICULO VII

El intercambio de técnicos y de personal docente previsto en el Artículo VI será determinado por las instituciones brasileñas competentes y el CONADIN conjuntamente, estableciéndose los períodos de permanencia y las condiciones particulares, tanto en lo referente a la misión que debe cumplirse como a su financiamiento.

#### ARTICULO VIII

Las Partes Contratantes se comprometen a ofrecer mutuamente becas de estudio. El número de estas becas, su duración y -

demás condiciones por las que han de regirse, serán determinadas conjuntamente por las instituciones brasileñas competentes y el CONADIN, manteniendo la debida coordinación con los respectivos organismos de cada país, encargados de la cooperación técnica y científica.

#### ARTICULO IX

1.- Las Partes Contratantes procurarán el suministro recíproco y la venta de materiales nucleares, el arrendamiento de servicios o transferencia de equipos nucleares necesarios para la realización de sus programas y proyectos de desarrollo en el campo de la utilización de la energía nuclear para fines pacíficos, quedando estas operaciones en cada caso, sujetas a las disposiciones legales vigentes en cada país, y a los Convenios o Tratados internacionales en que cada Estado sea Parte.

2.- La transferencia a terceros de materiales, equipos, y tecnología nuclear suministrados por una de las Partes Contratan-

tes a la otra en virtud del presente Acuerdo, se hará de conformidad con lo establecido en los Convenios o Tratados internacionales en los que cada Estado sea Parte y, la Parte Contratante que vaya a reexportar a un tercer país dichos materiales, equipos y tecnología nuclear, deberá obtener el consentimiento previo y expreso de la Parte Contratante proveedora.

#### ARTICULO X

Cualquier material o equipo nuclear suministrado por una de las Partes Contratantes a la otra o cualquier material nuclear derivado del uso de los anteriores, será utilizado solo para fines pacíficos y quedará a disposición de la Parte Contratante que lo ha recibido, sujeto siempre a las condiciones legales vigentes en el país respectivo y a los Convenios o Tratados internacionales en que cada Estado sea Parte.

#### ARTICULO XI

I.- Las Partes Contratantes adoptarán todas las medidas necesarias para la protección física de los materiales y equipos nu

cleares durante su utilización, transporte y almacenamiento, que -  
sean suministrados en virtud del presente Acuerdo.

2.- A petición de cualquiera de ellas, las Partes Con -  
tratantes se consultarán con respecto al aspecto de la protección -  
física.

#### ARTICULO XII

Las Partes Contratantes procurarán facilitar, en todo  
lo posible, la colaboración que puedan proporcionar otras institu -  
ciones y organismos públicos o privados de los respectivos países  
para el desarrollo de aquellos programas y proyectos conjuntos que  
lleven a cabo las instituciones brasileñas competentes y el CONADIN,  
en la aplicación del presente Acuerdo.

#### ARTICULO XIII

1.- Los representantes de las instituciones brasileñas  
competentes y del CONADIN podrán reunirse a requerimiento de cual -  
quiera de dichos organismos para examinar la evolución de los pro -  
gramas y proyectos y formular las recomendaciones que las Partes -

Contratantes pudieran atender para el mejor desarrollo de este Acuerdo.

2.- A requerimiento de una de ellas, las Partes Contratantes iniciarán consultas sobre la ejecución del presente Acuerdo, y, en su caso, negociaciones para su revisión.

#### ARTICULO XIV

1.- Cada una de las Partes Contratantes notificará a la otra el cumplimiento de los requisitos legales internos necesarios para la aprobación del presente Acuerdo, el cual entrará en vigencia en la fecha de recibo de la segunda de estas notificaciones.

2.- El presente Acuerdo podrá ser modificado por mutua decisión de las Partes. Las modificaciones convenidas entrarán en vigencia conforme a lo indicado en el párrafo 1 de este artículo.

3.- Tendrá una validez de cinco (5) años, y se prorrogará automáticamente por períodos de un (1) año,



salvo que una de las Partes lo denunciare, por vía diplomática, con una anticipación de por lo menos seis (6) meses a la fecha en que debe expirar el período correspondiente,

4.- Aún cuando haya terminado la vigencia del presente Acuerdo, los programas y proyectos ya iniciados en la aplicación del mismo, continuarán ejecutándose hasta su conclusión, salvo acuerdo explícito en contrario de las Partes Contratantes,

Suscrito en Caracas, a los treinta días del mes de Noviembre de mil novecientos ochenta y tres, en dos ejemplares igualmente auténticos, en los idiomas portugués y español.

Por el Gobierno  
de la República Federativa  
del Brasil:

[Signed — Signé]

AFFONSO ARINOS DE MELLO-FRANCO  
Embajador Extraordinario  
y Plenipotenciario

Por el Gobierno  
de la República de Venezuela:

[Signed — Signé]

J. OSWALDO PÁEZ PUMAR  
Encargado del Ministerio  
de Relaciones Exteriores

## [TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT<sup>1</sup> BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF VENEZUELA ON COOPERATION IN THE FIELD OF NUCLEAR ENERGY FOR PEACEFUL PURPOSES

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Venezuela, having regard to the provisions of the Basic Agreement on Technical Cooperation between Brazil and Venezuela signed on 20 February 1973<sup>2</sup> and the Memorandum of Understanding signed by the two Governments on 27 July 1979 on cooperation in the development and application of nuclear energy for peaceful uses:

Considering their mutual interest in the promotion of scientific research and technological development in the field of nuclear energy, which requires special regulation appropriate to scientific and technological developments and the special nature of international cooperation in that field,

Have decided to conclude this agreement on cooperation in the field of nuclear energy for peaceful uses, as follows:

*Article I*

The Contracting Parties shall cooperate in research and application of nuclear energy for peaceful uses and shall facilitate joint projects in those areas such cooperation being subject to the provisions of this Agreement, the laws of the Federative Republic of Brazil and the Republic of Venezuela, and the provisions of the international conventions and treaties to which each State is a party.

*Article II*

The Contracting Parties shall entrust the technical execution and coordination of this Agreement to the Brazilian institutions having responsibility for the peaceful uses of nuclear energy and to the Consejo Nacional para el Desarrollo de la Industria Nuclear (National Council for the Development of the Nuclear Industry) of Venezuela, hereinafter referred to as CONADIN.

*Article III*

The cooperation referred to in this Agreement shall be developed in the following areas:

- (a) Research, technology, design, construction, development and use of experimental and operational reactors;
- (b) Basic and applied research on the peaceful uses of nuclear energy and the detection of radiation and its effects;
- (c) Production of radioisotopes and applications thereof;

<sup>1</sup> Came into force on 26 December 1991, the date of receipt of the last of the notifications by which the Parties informed each other of the completion of the required internal procedures, in accordance with article XIV (1).

<sup>2</sup> United Nations, *Treaty Series*, vol. 975, p. 227.

- (d) Prospecting for minerals with nuclear uses, their benefits and utilization for peaceful purposes;
- (e) Nuclear physics;
- (f) Nuclear chemistry;
- (g) Nuclear law;
- (h) Such other scientific and technological aspects of the peaceful uses of nuclear energy as the Contracting Parties deem to be of mutual interest.

#### *Article IV*

1. The competent Brazilian institutions and CONADIN shall be responsible for making detailed arrangements for the cooperation provided for in this Agreement. They may hold meetings of technicians in either country for the study and drafting of programmes and projects for the implementation of this Agreement.

2. If, at the request of either Contracting Party, the need should arise in connection with the implementation of the programmes and projects for developing the areas of cooperation provided for in article III of this Agreement, to expand scientific, technological and educational cooperation, action on such expansion may be taken by means of an exchange of written communications between the competent Brazilian institutions and CONADIN, duly authorized in each case by their respective Governments.

#### *Article V*

1. Information on the areas listed in article III may be exchanged only when it is information that may be disposed of freely by both the competent Brazilian institutions and CONADIN.

2. The Parties may freely use all information exchanged between the competent Brazilian institutions and CONADIN, except where the Party supplying the information has established restrictions or reservations relating to its use or dissemination.

3. Should the information supplied relate to patents registered in the Federative Republic of Brazil or in the Republic of Venezuela, the terms and conditions for its use or dissemination shall be governed by the applicable laws in force in either country.

#### *Article VI*

The exchange of personnel and information in the areas listed in article III of this Agreement may take the following forms:

- (a) Mutual assistance in the training of scientific and technical personnel;
- (b) Exchanges of experts;
- (c) Exchanges of instructors and experts for courses and seminars;
- (d) Study fellowships;
- (e) Consultation on scientific and technological problems;
- (f) Training joint work teams to carry out specific scientific research and technological development studies;

(g) Exchanges of non-classified technical documentation relating to the aforementioned areas; and

(h) The holding of seminars and conferences on current issues in the areas listed in article III.

#### *Article VII*

The exchange of technicians and instructional personnel provided for in article VI shall be decided jointly by the competent Brazilian institutions and CONADIN, which shall determine the length of stay and the specific conditions both for the mission to be undertaken and its financing.

#### *Article VIII*

The Contracting Parties agree to make study fellowships available to each other. The number of such fellowships, their duration and any other conditions governing them shall be decided jointly by the competent Brazilian institutions and CONADIN, with appropriate coordination with the agencies responsible in each country for technical and scientific cooperation.

#### *Article IX*

1. The Contracting Parties shall, on a basis of reciprocity, facilitate the supply and sale of nuclear materials, the provision of services or transfer of the nuclear equipment required for implementing their programmes and development projects in the area of the peaceful uses of nuclear energy, and such operations shall in all cases be subject to the laws in force in each country and to the international conventions or treaties to which each State is a party.

2. The transfer to a third country of any material, equipment or nuclear technology provided by one of the Contracting Parties to the other under this Agreement shall be effected in conformity with the provisions of the international conventions or treaties to which each State is a party, and the Contracting Party which intends to export to a third country the materials, equipment and nuclear technology must obtain the express prior approval of the Contracting Party which provided the material or equipment.

#### *Article X*

Any nuclear material or equipment provided by one of the Contracting Parties to the other, or any nuclear material derived from the use of such material shall be used exclusively for peaceful purposes and shall remain available to the Contracting Party receiving it, subject at all times to the laws in force in the country and to the international conventions or treaties to which each State is a party.

#### *Article XI*

1. The Contracting Parties shall take all necessary measures for the physical protection of the nuclear materials and equipment supplied to it under this Agreement during its use, transport and storage.

2. At the request of either Party, consultations shall be held between the Contracting Parties on the matter of physical protection.

*Article XII*

The Contracting Parties undertake to facilitate as far as possible any cooperation that may be offered by other public or private institutions or agencies of their respective countries for the development of such joint programmes and projects as the competent Brazilian institutions and CONADIN may carry out pursuant to this Agreement.

*Article XIII*

1. The representatives of the competent Brazilian institutions and CONADIN may meet at the request of any of these bodies to examine the progress of the programmes and projects and make any recommendations that the Contracting Parties may desire for improving the operation of this Agreement.

2. At the request of either Party, the Contracting Parties shall hold consultations on the implementation of this Agreement and if necessary, negotiations for its revision.

*Article XIV*

1. Each of the Contracting Parties shall notify the other of the fulfilment of the domestic legal requirements for the approval of this Agreement, which shall enter into force on the date on which the second notification is received.

2. This Agreement may be amended by mutual decision of the Parties. Amendments so agreed shall enter into force in accordance with the provisions of paragraph 1 of this article.

3. This Agreement shall remain in force for a period of five (5) years and shall be renewed automatically for one-year periods, unless one of the Parties denounces it through the diplomatic channel at least six months before the date on which the relevant period is to expire.

4. The implementation of the programmes and projects already begun in pursuance of this Agreement shall continue to their conclusion even though the Agreement is no longer in force, unless the Contracting Parties have expressly agreed otherwise.

DONE at Caracas, on 30 November 1983, in duplicate, in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government  
of the Federative Republic  
of Brazil:

[Signed]

AFFONSO ARINOS DE MELLO-FRANCO  
Ambassador Extraordinary  
and Plenipotentiary

For the Government  
of the Republic of Venezuela:

[Signed]

J. OSWALDO PÁEZ PUMAR  
Acting Chief  
Ministry of Foreign Affairs

[TRADUCTION — TRANSLATION]

ACCORD<sup>1</sup> DE COOPÉRATION ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DU VENEZUELA EN MATIÈRE D'ÉNERGIE NUCLÉAIRE À DES FINS PACIFIQUES

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Venezuela, ayant présents à l'esprit l'Accord de base en matière de coopération technique signé par le Brésil et le Venezuela le 20 février 1973<sup>2</sup> et le Mémoire d'accord conclu par les deux gouvernements le 27 juillet 1979 au sujet de la coopération pour le développement et de l'application de l'énergie nucléaire à des fins pacifiques;

Considérant l'intérêt mutuel qu'ils portent à la promotion de la recherche scientifique et au développement technique en matière d'énergie nucléaire, domaines qui exigent une réglementation particulière correspondant à leur évolution scientifique et technique ainsi qu'aux caractéristiques propres à la coopération internationale en la matière;

Sont convenus de conclure le présent Accord de coopération en matière d'énergie nucléaire à des fins pacifiques dans les termes suivants :

*Article premier*

Les Parties contractantes coopèrent à la recherche et à l'application de l'énergie nucléaire à des fins pacifiques et facilitent la réalisation de travaux communs dans ces domaines d'activités, conformément aux dispositions du présent Accord, à l'ordre juridique de la République fédérative du Brésil et de la République du Venezuela, ainsi qu'aux termes des accords et traités internationaux auxquels chaque Etat est partie.

*Article II*

Les Parties contractantes confient l'exécution technique et la coordination du présent Accord aux institutions brésiliennes compétentes en ce qui concerne les utilisations pacifiques de l'énergie nucléaire ainsi qu'au Conseil national vénézuélien pour le développement de l'industrie nucléaire (ci-après dénommé « CONADIN »).

*Article III*

La coopération visée au présent Accord porte sur les secteurs suivants :

- a) Recherche, technologie, conception, construction, mise au point et exploitation de réacteurs expérimentaux et de puissance;
- b) Recherche fondamentale ou appliquée relative aux utilisations pacifiques de l'énergie nucléaire, ainsi qu'à la détection et aux effets des rayonnements ionisants;

<sup>1</sup> Entré en vigueur le 26 décembre 1991, date de réception de la dernière des notifications par lesquelles les Parties se sont informées de l'accomplissement des procédures internes requises, conformément au paragraphe 1 de l'article XIV.

<sup>2</sup> Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 975, p. 227.

- c) Production et application de radio-isotopes;
- d) Prospection, enrichissement et utilisation à des fins pacifiques de minerais d'intérêt nucléaire;
- e) Physique nucléaire;
- f) Chimie nucléaire;
- g) Droit nucléaire;
- h) Autres aspects scientifiques et techniques relatifs à l'utilisation pacifique de l'énergie nucléaire, qui présentent un intérêt mutuel pour les Parties contractantes.

#### *Article IV*

1. La mise au point détaillée des modalités de collaboration incombe aux institutions brésiliennes compétentes et au CONADIN, lesquels peuvent organiser des réunions de techniciens et d'experts dans l'un ou l'autre pays afin d'étudier ou d'élaborer des programmes et projets pour l'application du présent Accord.

2. Les institutions brésiliennes compétentes et le CONADIN, dûment autorisés à ce faire par leur gouvernement respectif, peuvent décider, si cela s'avère nécessaire à la demande de l'une des Parties contractantes dans le cadre des programmes et projets relatifs au développement des secteurs de coopération prévus à l'article III du présent Accord, d'étendre la coopération scientifique, technique et didactique entre les Parties.

#### *Article V*

1. Les échanges d'informations relatives aux secteurs mentionnés à l'article III portent exclusivement sur les renseignements dont les institutions brésiliennes compétentes et le CONADIN peuvent librement disposer.

2. Les Parties exploitent librement tous renseignements échangés par les institutions brésiliennes compétentes et le CONADIN, sauf si la Partie ayant fourni l'information l'a assortie de restrictions ou de réserves quant à son exploitation ou sa diffusion.

3. Lorsque l'information fournie se réfère à des brevets déposés au Brésil ou au Venezuela, son exploitation et sa diffusion sont assujetties à la législation applicable en la matière dans l'un ou l'autre pays.

#### *Article VI*

L'échange de personnels et de renseignements dans les secteurs mentionnés à l'article III peuvent revêtir les formes suivantes :

- a) Assistance réciproque à la préparation du personnel scientifique et technique;
- b) Echanges d'experts;
- c) Echanges d'enseignants et d'experts pour la conduite de cours et séminaires;
- d) Bourses d'études;
- e) Consultations réciproques concernant des problèmes d'ordre scientifique et technique;

f) Formation de groupes de travail mixtes chargés de réaliser des travaux concrets de recherche scientifique et de développement technique;

g) Echanges de documents techniques non confidentiels relatifs aux secteurs susmentionnés;

h) Organisation de séminaires et conférences consacrés à des sujets d'actualité dans les secteurs mentionnés à l'article II.

#### *Article VII*

Les échanges de techniciens et de personnel enseignant prévus à l'article VI sont décidés du commun accord des institutions brésiliennes compétentes et du CONADIN pour ce qui est de la durée des séjours et des conditions particulières dans chaque cas en ce qui concerne tant la mission à accomplir que son financement.

#### *Article VIII*

Les Parties contractantes s'engagent à offrir mutuellement des bourses d'études. Le nombre des bourses, leur durée et autres conditions sont déterminées par les institutions brésiliennes compétentes et par le CONADIN tout en assurant la coordination voulue avec les organismes compétents dans chaque pays en matière de coopération technique et scientifique.

#### *Article IX*

1. Les Parties contractantes s'engagent à se vendre réciproquement les matières nucléaires, à se fournir les services et à se transférer les matériels à usage nucléaire nécessaires à la réalisation de leurs programmes et projets de développement dans le domaine des utilisations pacifiques de l'énergie nucléaire. sous réserve en tout cas des dispositions législatives en vigueur dans chaque pays et des accords et traités internationaux auxquels chaque Etat est partie.

2. Chacune des Parties contractantes qui transfère à des tiers des matières nucléaires ou des matériels et techniques à usage nucléaire fournis par l'autre Partie contractante en vertu du présent Accord doit respecter les dispositions des accords et traités internationaux auxquels chaque Etat est partie; la Partie contractante qui souhaite réexporter ces matières nucléaires ou ces matériels et techniques à usage nucléaire doit au préalable obtenir le consentement exprès de la Partie contractante qui les a fournis.

#### *Article X*

Toutes les matières nucléaires et tous les matériels à usage nucléaire fournis par l'une des Parties contractantes à l'autre, ainsi que toutes les matières nucléaires obtenues au moyen de ces matières et matériels, doivent être employés exclusivement à des fins pacifiques et restent à la disposition de la Partie contractante qui les a reçus, sous réserve en tout cas des dispositions législatives en vigueur dans le pays et des accords et traités internationaux auxquels chaque Etat est partie.

#### *Article XI*

1. Les Parties contractantes adoptent toutes les mesures nécessaires à la protection physique des matières nucléaires et des matériels à usage nucléaire fournis en vertu du présent Accord, pendant leur emploi, leur transport et leur entreposage.



2. Les Parties contractantes se consultent à la demande de l'une ou de l'autre au sujet des questions qui concernent la protection physique.

*Article XII*

Les Parties contractantes s'engagent à faciliter autant que possible la collaboration d'autres institutions et organismes publics ou privés de leur pays respectif au déroulement des programmes et projets communs mis en œuvre par les institutions brésiliennes compétentes et le CONADIN en application du présent Accord.

*Article XIII*

1. Les représentants des institutions brésiliennes compétentes et du CONADIN peuvent se rencontrer à la demande de l'un ou l'autre de ces organismes afin d'examiner l'évolution des programmes et projets et de formuler des recommandations à l'intention des Parties contractantes en vue d'assurer le bon fonctionnement du présent Accord.

2. A la demande de l'une ou l'autre des Parties contractantes, celles-ci entreprennent des consultations concernant l'exécution du présent Accord et, si besoin, des négociations en vue de le réviser.

*Article XIV*

1. Chacune des Parties contractantes notifie à l'autre l'accomplissement des formalités constitutionnelles nécessaires à l'approbation du présent Accord, lequel entre en vigueur à la date où est reçue la deuxième notification.

2. Le présent Accord peut être modifié du commun accord des Parties. Les modifications ainsi convenues entrent en vigueur comme indiqué au paragraphe 1 du présent article.

3. Le présent Accord a une durée de cinq ans, suite à quoi il est renouvelé par tacite reconduction pour des périodes successives d'un an à moins que l'une des Parties n'exprime par la voie diplomatique, six mois avant son terme, qu'elle souhaite y mettre fin.

4. L'exécution des programmes et projets entrepris en vertu du présent Accord qui sont en cours au moment de son expiration se poursuit jusqu'à leur terme, à moins que les Parties ne décident expressément du contraire.

FAIT à Caracas le 30 novembre 1983, en deux exemplaires en portugais et en espagnol, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement  
de la République fédérative  
du Brésil :

[Signé]

AFFONSO ARINOS DE MELLO-FRANCO  
Ambassadeur extraordinaire  
et plénipotentiaire

Pour le Gouvernement  
de la République du Venezuela :

[Signé]

OSWALDO PÁEZ PUMAR  
Chargé du Ministère  
des affaires étrangères

